

## ARTIGO DE OPINIÃO: O ORADOR E O AUDITÓRIO NA PERSPECTIVA DA NOVA RETÓRICA

Moisés Olímpio Ferreira  
Universidade de São Paulo

**Resumo:** *Retórica* é a arte de falar e de escrever de modo persuasivo a fim de conquistar ou intensificar a adesão do auditório às teses submetidas ao assentimento. A partir da teoria da *Nova Retórica* proposta por Perelman - que reintroduz os estudos retóricos na modernidade -, o presente trabalho visa a examinar as técnicas discursivas, as estratégias argumentativas que Said Barbosa Dib empregou na construção de seu artigo *Democracia ou Plutocracia?*, publicado n' *O Estado de S. Paulo*, em 21.03.2002.

**Palavras-chave:** Retórica; argumentação; orador; auditório

**Abstract:** *Rhetoric* is the art of speaking and writing in a persuasive way, in order to captivate or intensify the audience's receptiveness to the theses submitted to assent. Based on the *New Rhetoric* theory proposed by Perelman - which reintroduces rhetoric studies in modernity - , the present paper aims at examining discursive techniques, the argumentative strategies that Said Barbosa Dib used to elaborate his article '*Democracia ou Plutocracia?*' published in the *O Estado de S. Paulo*, on March 21, 2002.

**Keywords:** Retic, argumentation, speaker, audience

Nosso objetivo é propor reflexões sobre as estratégias argumentativas utilizadas em texto de opinião, aplicando as teorias da Nova Retórica propostas por Chaïm Perelman. O presente trabalho será realizado a partir do artigo escrito por Said Barbosa Dib, publicado n' *O Estado de São Paulo*, em 21.03.2002.

Na Antigüidade, a *Retórica* foi definida (Aristóteles, *Retórica* I, 1355, b 30-31<sup>1</sup>) como a arte de procurar, em qualquer situação, os meios de persuasão disponíveis. Era a arte de falar ou de escrever de modo persuasivo, a fim de ganhar ou intensificar a adesão do auditório às teses apresentadas à aquiescência.

Entretanto, após Aristóteles, várias noções lhe foram atribuídas. Devido às influências do Cartesianismo e do Empirismo, e do Romantismo - em que ficou associada aos estudos dos procedimentos de estilo e de suas técnicas -, o âmbito dos valores, do verossímil, do preferível, sofreu total declínio. Assim, durante um longo período, a aplicação da *Retórica* ficou restrita ao plano da expressividade; a sua importância foi reduzida ao estudo da léxis poética e, portanto, permaneceu interligada aos aspectos exclusivamente literários. O abismo estabelecido entre as esferas da ciência - que propôs eliminar toda contribuição individual, subjetiva, social ou histórica - e da opinião fez com que a dimensão retórica ficasse completamente negligenciada,

---

<sup>1</sup> Ἔστω δὴ ῥητορικὴ δύναμις περὶ ἕκαστον τοῦ θεωρηῆσαι τὸ ἐνδεχόμενον πιθανόν.  
*Seja a retórica, então, a força de examinar aquilo que é possível de persuadir em relação a cada um.*

chegando mesmo a ser relacionada a debates insignificantes e a discursos pomposos e mal intencionados.

A reintrodução dos estudos da *Retórica* na modernidade, feita pelos trabalhos de Perelman, recupera o conceito aristotélico de raciocínio dialético e propõe novas reflexões sobre o discurso argumentativo. De maneira complementar à Lógica Formal – em que os fenômenos sociais poderiam ser avaliados sob os mesmos parâmetros da matemática –, a *Nova Retórica* apresenta uma lógica dos juízos de valor relativa não ao verdadeiro, mas ao preferível, cujas premissas são constituídas pelas proposições geralmente aceitas e, portanto, pertencentes ao âmbito do verossímil, plausível, mutável, contingente, questionável, isto é, das impressões, aparências e ambigüidades, com o objetivo de convencer e persuadir. Não há interesse nas provas da demonstração lógico-dedutiva, nos métodos rigorosos de conhecimento incontestável, mas sim, nas provas argumentativas que permitem discernir a melhor opinião. Desse modo, é natural que não haja assentimento pela submissão coercitiva, mas pela decisão e participação.

A função de um *Artigo de Opinião* é argumentar, é expressar certo ponto de vista a respeito de um assunto. Mas a ação argumentativa não é evidente, ela é resultado de um conhecimento prévio entre os interlocutores. Como afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002:16): “...toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”. Como seu objetivo é causar “...uma mudança na cabeça dos ouvintes...” (Perelman, 1999:304), obtendo ou aumentando a adesão à tese apresentada, é preciso reconhecer que ela ocorre em função do auditório ao qual o orador deverá conhecer e adequar-se: “...um erro sobre este ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir...” (Perelman, 1987:237).

Assim, só há persuasão quando se parte daquilo que o auditório já admite, estabelecendo a seguir uma relação entre as crenças já existentes e o que se busca fazer admitir: “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002:23). É em relação ao auditório que os discursos deverão ser ajustados, pois “o importante... não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela (a argumentação) se dirige” (idem, pp. 26-7); o êxito depende dessa condição necessária, pois “...se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório...” (idem, p. 22). Se se deseja argumentar, é necessário “...pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito” (idem, p.18). Se o orador não considerar convenientemente esses elementos, incorrerá no que Perelman (1993:41-42, 1987:240 e 2002:127) denomina de *petição de princípio*, que é um grande erro cometido pelo

orador quando se descuida em relação à adesão do auditório às premissas do seu discurso ou quando desconhece os valores admitidos por aqueles a quem se dirige.

No processo argumentativo, o auditório pode ser constituído por um ou por mais ouvintes. Perelman & Olbrechts-Tyteca definem-no como “...o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (2002:22) e, assim, a *Nova Retórica* irá interessar-se pelos discursos dirigidos a todas as espécies de auditórios: uma deliberação íntima, um único interlocutor, uma reunião de especialistas, uma turba reunida ou toda a humanidade, pois “...todo discurso se dirige a um auditório...”(idem, p.7). Mesmo o texto escrito possui sua audiência - e é nele que aquelas condições fundamentais do discurso argumentativo permanecem presentes -, pois está “...sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se” (idem).

Entretanto, a audiência não é, a princípio, de simples delimitação. Não é fácil tarefa determiná-la de modo absoluto. A natureza de sua composição é heterogênea. Perelman & Olbrechts-Tyteca asseveram : “mesmo quando o orador está diante de um número limitado de ouvintes, até mesmo de um ouvinte único, é possível que ele hesite em reconhecer os argumentos que parecerão mais convincentes ao seu auditório; insere-o então, ficticiamente por assim dizer, numa série de auditórios diferentes” (idem, p. 25). Essa dificuldade intensifica-se ainda mais quando se quer fixar limites à audiência de um escritor, pois “...na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão” (idem, p. 22).

“Democracia ou Plutocracia?” não foge a essas condições. O orador formula e apresenta sua tese a grupos sociais diferentes e, em última instância, a todos os brasileiros. Ele fala sobre a democracia brasileira na qual ele se inclui (“nossa democracia” – [1]), fala em nome do pobre (“...povão, analfabeto e oprimido...” – [2]), dirige-se contundentemente à classe privilegiada (“Liberais hipócritas!!!” – [3]), fala como representante da sociedade brasileira (“...nossa luta democrática... [4] nossas mentes, nosso Brasil” – [5]); conclama todos os grupos à luta por objetivos comuns (“... luta de todos nós brasileiros. E aí incluo as elites...” [6]). Considerando tais espíritos a serem assentidos, o texto é objeto de atenção não só de leitores individuais diferentes entre si e de quantidade incerta, mas também, de grupos com quantidade não verificável e cujos componentes são heterogêneos, com emoções, paixões, poder, fortuna e idade diversas, de modo que a precisão quanto ao auditório fica prejudicada. É imprescindível reconhecer essa inexatidão porque é ela que “...condiciona em certa medida os processos argumentativos...” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002:29).

Na adequação do orador ao auditório está incluída a *competência interdiscursiva* (Fiorin 1999:133). A linguagem deve ser adequada e compreensível a fim de que a comunicação e a ação

sobre o auditório possam acontecer de maneira satisfatória. Por isso, encontramos expressões tanto do domínio popular: “...bate boca... entre fanfarrões no Congresso e...as baixarias” [7], “...moleque...” [8], “...marido patife” [9], “...isso é conversa pra boi dormir ou pra pobre não chiar” [10], “...animais de carga...” [11], “já não cola mais...” [12], quanto aquelas peculiares à esfera das elites: “...modelo capitalista liberal” [13], “...democracia político-institucional...democratização socioeconômica” [14], “...geopolítica internacional...” [15], entre outras.

O orador é jornalista e expõe suas idéias em *mídiu*m de alcance privilegiado. Por pertencer aos articulistas d’*O Estado de São Paulo*<sup>2</sup>, está revestido do prestígio e do poder ideológico - que impingem valor sociocultural ao seu discurso - advindos dessa Instituição. Além disso, o texto apresenta-o como “professor de História em Brasília e assessor parlamentar”, dados esses que reforçam seu *ethos* e que buscam obter a atenção tão necessária, pois “para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002:20).

Assim, ele pode falar como representante de um grupo (ou mesmo de grupos), porque seus papéis sociais assim admitem. Pode tomar a palavra e dar-lhe grande força e significação, porque seus *ethē pré-discursivo*<sup>3</sup> e *discursivo* lho permitem. O grau de legitimidade do discurso efetiva-se, então, tanto pela imagem construída no discurso, quanto pela posição externa que o enunciador ocupa. Como afirma Amossy (2005:120): “ (...) o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos”.

Ele se apresenta como participante do grupo de “todos nós brasileiros” [16], mas quer parecer não fazer parte do sub-grupo da “...elite política predominantemente comprometida apenas com seus interesses...” [17]. Na construção de sua imagem, por um lado, mostra-se como defensor daquele que está “...oprimido pelas necessidades básicas totalmente ausentes...” [18] e, por outro, como acusador dos que enriquecem com a miséria. Ele é contra as elites

---

<sup>2</sup> Maingueneau (2002:71) lembra-nos do importante papel que exerce o *mídiu*m: “...o *mídiu*m não é simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas... imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer”.

<sup>3</sup> Maingueneau (2005:71) distingue: *ethos discursivo* de *ethos pré-discursivo*. O primeiro está ligado ao ato da enunciação, o outro, ao conhecimento extradiscursivo sobre o enunciador.

Perelman (1993: 107-8) entende que a formação da imagem da pessoa que discursa também provém das percepções sociais que se tem desse orador: “Os actos passados contribuem para a boa ou má reputação do agente. O renome de que se goza torna-se um capital que se incorporou na pessoa, um activo sobre o qual é legítimo incidir em caso de necessidade. Mais ainda, esse renome cria um preconceito favorável ou desfavorável, pois é no contexto formado pela pessoa que se interpretarão todos os seus actos, atribuindo-lhe uma *intenção* conforme à ideia que dela se faz”.

“...despersonalizadas e medíocres...” [19], mas é solidário porta-voz do “povão, ingênuo e massacrado, sem amor próprio... impelido a acreditar na sua incompetência e procura votar naquele que, diferentemente dele, considera um vencedor” [20], do excluído “...da saúde, da solidariedade, do reconhecimento, do status, da tranqüilidade, do respeito como seres humanos, da dignidade... da cidadania...” [21], daquele que é responsável pela eleição de candidatos que falam bonito e educadamente [22] mas que não lutam a seu favor, daquele que vive apenas uma ilusão democrática [23]. Portanto, a sua tese é que há graves problemas sociais que atingem o país, advindos, sobretudo, do caráter formal do modelo capitalista liberal, que necessitam ser tratados e vencidos pela união de todos os brasileiros.

Para aproximar os participantes do processo argumentativo, ele se firma nas opiniões e crenças partilhadas, na doxa comum existente (Amossy, 2005:123). Como a crise política, a corrupção, a falta de ética, o individualismo, as injustiças sociais e a exclusão mercadológica são *valores* reconhecidos, é por meio deles que o orador inicia a sua exposição. Segundo Perelman (1987:239): “o conhecimento das teses e dos valores admitidos pelo auditório ao qual nos dirigimos é essencial porque é entre eles que o orador deverá procurar o ponto de partida do seu discurso”.

Para ele, não só o Congresso encontra-se em um verdadeiro estado de decadência, pois as ações que lá ocorrem visam apenas ao bem da classe política corrupta, mas também a Mídia está comprometida com o sistema político face à alimentação de seu lucro [24]. E o povo? Está esquecido pela ausência de política socioeconômica justa. A partir desse estado de coisas, o orador defende que tais perigos e ataques à democracia estão intimamente ligados ao modelo político vigente, que é perverso, egoísta, desagregador, mesquinho e excludente [25]. O Liberalismo produziu não só uma democracia injusta, mas também uma “elite parasitária” de “visão privatista e corrupta acerca da República” [26]. Assim, muitos estão afastados da cidadania, porque o sistema os excluiu e os animalizou [11]. Dessa maneira, o orador pretende despertar emoção em seu auditório, deseja levá-lo à ação diante da grave crise de ordem estrutural na “nossa” democracia. Ele emprega *argumentos pragmáticos* - “...que permitem apreciar um ato ou um acontecimento em função das suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis...” (Perelman 1987:252; 1999:11) -, a fim de conquistar o público e persuadi-lo a agir.

Considerando que “a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente” (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2002:61), o orador busca demover a sua audiência por meio de argumentos contra a pretensa democratização, intenciona criar uma mentalidade de luta coletiva: “Que o nosso processo democrático amadureça, não apenas com esse ou aquele setor social, mas com a percepção e luta de todos nós brasileiros” [16], pois

“estamos cansados de sermos feitos de idiotas” [27], dessa “pseudodemocracia apenas de abonados...” [28]. O discurso nacionalista, que aspira a salvaguardar os interesses e os valores nacionais, permite a melhor adesão dos espíritos. Os apelos à defesa da pátria e à construção de uma sociedade mais justa são invocações às emoções, às paixões do auditório, objetivando a disposição para a ação.

Ele não julga a classe política como um todo, pois, afinal de contas, ele é “assessor parlamentar”. Se isso fizer, colocará seu discurso em risco. A sua crítica vai de encontro à nata política formada por ricos, patrões, fazendeiros, doutores e pessoas influentes que se revelam hipócritas, desonestas e falaciosas [29]. Ele se opõe ao sistema econômico-social que só integra os cidadãos dentro do *mercado* se forem consumidores [30, 31], de modo que os demais “...estarão sempre fadados à pobreza” [32]. Mesmo que o público – aquele a quem as críticas não atingem – já se encontre adeso às suas idéias, ao orador interessa, tanto intensificar o apoio deste, quanto triunfar sobre as objeções de seus opositores utilizando “...argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório” (idem, p. 24).

Mas a quem o orador deseja *efetivamente* persuadir? Muito embora todos os brasileiros tenham sido incluídos em seu discurso, seu auditório particular é o letrado e, mais especificamente, aquele que possui grau de escolaridade maior, pois o texto não contém, em sua maior parte, teor lexical de fácil entendimento. Depreende-se que o autor não intenciona atingir, em primeiro momento, o ‘povão’, mas a minoria dominante, a própria elite.

Por isso, em razão dessa possível identidade de sua audiência, não é difícil entender por que o orador afirma que a alta classe social ganharia mais com a valorização dos interesses nacionais do que com a mesquinhez do curto prazo [33]. Nesse jogo persuasivo, ele quer atrair a atenção desse seu público pelo lucro, pela oportunidade de ganhar “muito mais” [34]. Nesse propósito, ele “modula” o seu discurso; passa de tom áspero, agressivo, outrora dirigido à “matilha apátrida e globalizada” [35] de “ladrões” [36] para tom agregador por meio de *argumento pelo exemplo* (cf. Perelman, 1993:119): “...todas as chamadas Democracias Ocidentais tiveram que encarar a questão social não como uma questão apenas de desvio do mercado ou mau aplicação de modelos de desenvolvimento, mas através de enérgicas atuações do Estado junto às desigualdades sociais” [37], e assim sendo, as classes altas “...tinham que perceber que poderiam ganhar muito mais se valorizassem os interesses nacionais...” [38].

O orador procura, então, confundir-se com esse seu auditório pela *enálage da pessoa*<sup>4</sup> empregando a forma verbal na 1ª. pessoa do plural: “...temos de encarar a questão social como o

---

<sup>4</sup> Segundo Reboul (2004:120), a *enálage* pertence às figuras de sentido. Ele a define da seguinte maneira: “A *enálage* é um deslocamento gramatical: do adjetivo para o advérbio: vote certo (corretamente); **de uma**

grande empecilho ao desenvolvimento do País como um todo” [39]. Essa figura promove a comunhão com a sua audiência; o jogo das *pessoas* contribui para produzir uma relação de simpatia. Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002:202) esse fenômeno lingüístico é chamado de *figura de comunhão*<sup>5</sup>. Com esse procedimento, o autor molda o seu discurso com a finalidade de obter alguma reação; quer causar alguma mudança nos julgamentos até então estabelecidos obrigando o auditório a agir. O auditório deverá julgar os argumentos, se são justos e razoáveis e, a partir disso, dar credibilidade ou não ao discurso.

O autor conclui com um argumento que interessa a todos. Afinal de contas, temos algo que impede a nossa Nação de desenvolver-se. O orador apela ao país, pois é questão de cidadania encarar o problema em prol do desenvolvimento do Brasil.

Há, nas obras de Perelman e de seus sucessores, muitos outros elementos ligados à arte de convencer e às técnicas da discussão que ultrapassam amplamente o objetivo do presente trabalho.

O nosso estudo limitou-se à análise do *âmbito da argumentação*. Dessa forma, analisamos como o articulista se apresentou, seja na qualidade de jornalista, político ou porta-voz do povo. Investigamos a qual tipo de auditório o autor estava se dirigindo e qual a sua intenção comunicativa. Procuramos mostrar alguns instrumentos empregados com o fim de alcançar a adesão *dos espíritos*, seja através de estruturas de linguagem, seja pela própria postura do orador que cooperaram na validação do seu discurso.

Há toda uma técnica retórica para alcançar o objetivo do orador. As escolhas lexicais e argumentativas são produzidas por ele através da construção do sentido do texto e dos valores nele encontrados. Caberá, todavia, ao auditório a adesão ou não à tese apresentada.

---

**pessoa para outra** e de um tempo verbal para outro: o que estaremos fazendo? (por: o que você está fazendo?) Ela torna as coisas mais presentes...”

<sup>5</sup> Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002:202) afirmam: “As figuras de comunhão são aquelas em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório. Amiúde essa comunhão é obtida mercê de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comum”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. *O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso** - a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et alii*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTOTLE. **Art of Rhetoric**. English Translation by John Henry Freese. London: Harvard University Press, 2000.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. 2ª. edição. São Paulo: Editora Ática, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso** - a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et alii*. São Paulo: Contexto, 2005.

PERELMAN, Chaïm & TYTECA-OLBRECHTS, Lucie. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm. *Argumentação*. In **Enciclopédia Einaudi**, v. 11, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

\_\_\_\_\_. **Império retórico: retórica e comunicação**. Portugal: ASA, 1993.

\_\_\_\_\_. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

**ARTIGO DE OPINIÃO - O Estado de S. Paulo, 21.03.2002**

**Democracia ou Plutocracia?**

Said Barbosa Dib

Os atuais problemas de corrupção, de falta de ética com a coisa pública, de bate boca interminável entre fanfarrões do Congresso e todas as baixarias [7] que alimentam os lucros e os salários da mídia comprometida [24], passam necessariamente por um problema estrutural de nossa democracia [1]: o caráter apenas formal do modelo democrático liberal. Modelo perverso que destrói o interesse público, anula a preocupação com o próximo, em nome de um individualismo egoísta e agressivo, da concorrência desagregadora, da luta de todos contra todos, da mesquinhaia daqueles que crêem que as pessoas só são, só existem, apenas se podem consumir [30] num mercado cada vez mais fechado, excludente [25] e instável.

Essa democracia manca, capenga, de fachada, doente em seus alicerces baseados, não na preocupação solidária e cívica, mas no poder do dinheiro, na capacidade de consumo, gera uma elite política predominantemente comprometida apenas com seus interesses [17], justamente aqueles que vêm a coisa pública como negócios privados. É a mercantilização de

tudo e de todos destruindo as instituições políticas e os valores sociais. Ao contrário do que se diz normalmente, essa elite parasitária e sua visão privatista e corrupta acerca da República [26], infelizmente, não são apenas resultantes de um desvio individual de caráter, uma anomalia comportamental, mas, pelo contrário, são partes do próprio mecanismo de funcionamento da doutrina liberal. Pensamento que permite e estimula a proliferação de ladrões [36] de uma forma epidêmica. A corrupção é, nesse mundo que prioriza a competição desenfreada e a mercantilização dos valores, não uma exceção, mas parte integrante, estrutural, do modelo capitalista liberal [13].

O povão, analfabeto e oprimido [2] pelas necessidades básicas totalmente ausentes [18], é marginalizado dessa abstração monstruosa que os neo-bobo-liberais chamam "O Mercado", esse verdadeiro demiurgo que transforma feios em bonitos, corruptos em Madre Teresa de Calcutá, coronéis em trombones anti-corrupção. Esse povão, ingênuo e massacrado, sem amor próprio, é impelido a acreditar na sua incompetência e procura votar naquele que, diferentemente dele, considera um vencedor [20]. É o patrão, o fazendeiro, o doutor, aquele que fala bonito e de forma indecifrável, pessoa influente e educada [22], ou seja, a sua antinomia: a elite. Há uma introjeção da própria inferioridade, mecanismo ideológico esse que decorre da total falta de uma verdadeira e substancial política educacional. Desde Roma Antiga, quando os plebeus lutaram durante quase trezentos anos para terem um representante político (Tribunus Plebis) que defendesse seus interesses e acabaram escolhendo apenas patrícios para essa tarefa, que qualquer moleque [8] alienado sabe que pobre não vota em pobre. Por isso estarão sempre fadados à pobreza [32], coitados! Principalmente nessa nossa democracia de cartões de crédito...

Hoje, o jogo democrático, que é teoricamente o poder do povo, pelo povo e para o povo, iguala patrões e empregados, pretos e brancos, homens e mulheres, velhos e jovens somente diante da Lei, do Estado ou de Deus; porém, no mundo real, fora do idílio da urna, da histeria dos palanques, das artimanhas dos showmícios e da irritante insistência dos cabos eleitorais, o que predomina são as profundas e insuperáveis desigualdades socioeconômicas que fazem desta mesma democracia um anacronismo político, um governo apenas vindo da alienação do povo, mas não pelo e para o povo. Uma pseudodemocracia [23] apenas de abonados [28], dos que estão incluídos na possibilidade de consumo farto, numa verdadeira e cruel plutocracia (governo dos ricos).

Liberais hipócritas!!! [3] Parem de tagarelar falácias e sejam honestos [29]. Não há como ter uma democracia político-institucional sem uma democratização socioeconômica [14]. Com a atuação do poder econômico, a fragilidade dos tribunais eleitorais, a atuação muito pouco imparcial da mídia lacaiada dos conglomerados econômicos e o absurdo inominável das tentativas de anistia das multas eleitorais, a lisura e a isenção das eleições tornam-se tão confiáveis quanto promessa de fidelidade de marido patife. [9]

Votar e ser votado, liberdade de expressão, de locomoção etc., são apenas abstrações, retórica diante de uma realidade profundamente desigual que não permite uma verdadeira isonomia nas competições entre os grupos sociais. Isso é conversa pra boi dormir ou pra pobre não chiar [10]. É saudosismo tacanho de liberal que acha que ainda estamos na Revolução Francesa, quando surgiu a democracia formal burguesa como alternativa aos regimes

absolutistas e, ao mesmo tempo, desesperada com a possibilidade de que o povo levasse a sério o seu discurso libertário.

Essa matilha apátrida e globalizada [35] acha que as pessoas, os seres humanos, só existem, só são gente, cidadãos, se estão dentro do deus "Mercado" [31]. Que é isso?!? Quanta bobagem! Que verdadeira Sodoma estamos nos tornando! Mesmo com a realidade assustadora de hoje, com todo esse processo de globalização, de competição louca entre desiguais, de desemprego crônico, de medo e violência, de sociedade da informação, esses ditos liberais se esquecem, ou por ignorância ou por má fé, que a grande massa da população está excluída da saúde, da solidariedade, do reconhecimento, do status, da tranqüilidade, do respeito como seres humanos, da dignidade, enfim, da cidadania [21], justamente porque não estão e não estarão jamais integrados ao mercado, principalmente se esse tipo de mentalidade persistir.

Hoje, nossa luta democrática [4] deveria dar um salto qualitativo, ou seja, deveria aplicar na realidade o que já conquistamos no papel. E isso só tem um nome: distribuição de renda e valorização de nossos recursos, nosso mercado interno, nossas mentes, nosso Brasil [5]. Se um décimo do que a Constituição prescreve no capítulo social fosse cumprido, estaríamos na ilha da Utopia de Thomas Morus, a começar pelo salário-mínimo. Não há como transformar pessoas tratadas como animais de carga [11] pela sociedade em cidadãos. Isso é loucura! Paremos de, apenas, nos indignar com a questão da violência sem que abordemos essas questões estruturais. Sejamos honestos.

Os países que as nossas elites despersonalizadas e medíocres [19] gostam tanto de citar como modelos de democracia, descobriram isso há muito tempo, por isso são o que são na aplicação de suas instituições democráticas. Ou para evitar o comunismo ou para não permitir a morte do capitalismo pelas suas próprias crises cíclicas internas; ou, mesmo, para permitirem conquistar suas posições na geopolítica internacional [15], todas as chamadas Democracias Ocidentais tiveram que encarar a questão social não como uma questão apenas de desvio do mercado ou mau aplicação de modelos de desenvolvimento, mas através de enérgicas atuações do Estado junto às desigualdades sociais [37]. E é bom que se diga, às custas da pobreza do Terceiro Mundo. Haja vista a social-democracia dos países nórdicos, o New Deal nos EUA, o trabalhismo britânico, etc. Todos, modelos que transformaram os países do chamado G7 em donos do Mundo e modelos de democracia, não apenas formais como a nossa, mas substanciais, portanto, também socioeconômicas. Fica o desabafo. Estamos cansados de sermos feitos de idiotas [27].

Que o nosso processo democrático amadureça, não apenas com esse ou aquele partido, esse ou aquele setor social, mas com a percepção e luta de todos nós brasileiros [16]. E aí incluo as elites [6] que tinham que perceber que poderiam ganhar muito mais [34] se valorizassem os interesses nacionais [38] sem pensar apenas no curto prazo, no ganho imediato [33], na dependência viciosa para com os "investimentos" estrangeiros. A mera contraposição da atual democracia ao Regime Militar já não cola mais [12], temos de encarar a questão social como o grande empecilho ao desenvolvimento do País como um todo [39].

Said Barbosa Dib é jornalista, professor de História em Brasília e assessor parlamentar.